

Luênia Kaline Tavares da Silva¹
Francisca de Souza Miller²

**LAGOA DE GUARAÍRA/RN-BRASIL:
UMA DIALÉTICA DA CONSTRUÇÃO DO
ESPAÇO E DA CULTURA**

***LAGOA DE GUARAÍRA/RN-BRAZIL:
A DIALECTIC OF THE CONSTRUCTION OF
SPACE AND CULTURE***

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

A atividade da pesca artesanal desenvolvida pelas comunidades localizadas no Complexo Lagunar Bonfim-Guaíba, é a principal forma de trabalho e renda, além de ter uma grande importância cultural. Parte-se do pressuposto que o espaço social da lagoa não é apenas material e paisagístico, existem significados sociais intrínsecos ao modo de vida dos pescadores e marisqueiras. O objetivo deste artigo é dialogar com as teorias sobre tempo, espaço e cultura, para tentar compreender como os interlocutores constroem e reconstróem o espaço em que vivem, e de que forma isso está relacionado com a cultura local. A partir da análise dialética entre as teorias e as notas do diário de campo (pesquisa piloto empírica, realizada entre os meses de janeiro/2014 a agosto/2014), pretende-se apreender os significados sociais e culturais da Lagoa de Guaíba. Por fim, depreende-se que os diálogos teóricos sobre tempo, espaço e cultura foram vivenciados e correlacionados aos diálogos empíricos, a partir dos discursos sobre a construção do espaço da lagoa e dos significados socioculturais inerentes às atividades de pesca, mariscagem e lazer no estuário.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Espaço. Dialética. Lagoa.

ABSTRACT

The activity developed by the artisanal fishing communities located in Bonfim-Guaíba Lagoon Complex, is the main form of employment and income, and has a great cultural importance. Breaks the assumption that the social space of the lagoon is not only equipment and landscaping there are social intrinsic meanings to the lifestyles of fishermen and seafood. The purpose of this article is to dialogue with theories about time, space and culture, to try understands how actors construct and reconstruct the space they live in and how it is related to the local culture. From the dialectical analysis between the theories and the notes field diary (empirical pilot search conducted between the months of January/2014 to August/2014), we intend to grasp the social and cultural meanings of Guaíba lagoon. Finally, it was inferred that the theoretical dialogues about time, space and culture were experienced and correlated to the empirical dialogues, based on the speeches about the construction of the lagoon space and the sociocultural meanings inherent to the activities fishing, shellfishing and leisure activities in the estuary.

KEYWORDS: Culture. Dialectic. Lagoon. Space.

APRESENTAÇÃO

A atividade da pesca artesanal desenvolvida no Complexo Lagunar Bonfim-Guaráira, no estado do Rio Grande do Norte (RN), é a principal forma de trabalho e obtenção de renda da população, além de ser um fator cultural determinante na relação dos pescadores e marisqueiras com o meio onde vivem. Pelo fato de viverem o ecossistema lagunar, os interlocutores das comunidades investigadas possuem uma relação com o lugar onde se reproduzem socialmente.

O lugar de pesquisa empírica são as comunidades de Patané¹ e Camocim, localizadas às margens da Lagoa de Guaráira, no município de Arez/RN. A investigação parte do pressuposto de que o espaço social da lagoa não é apenas material e paisagístico, mas que também possui significados sociais intrínsecos ao modo de vida dos pescadores e marisqueiras, fatores que caracterizam a importância deste lugar para as duas comunidades pesqueiras.

Para compreender como o espaço da Lagoa de Guaráira é utilizado pelos interlocutores é preciso, a priori, entender o que pode ser definido como espaço e qual sua relação com a cultura. Segundo Santos (2006), o espaço é uma realidade relacional e que deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam os objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo.

A sociedade em movimento faz parte de um sistema de padrões de comportamento socialmente transmitidos através da linguagem, e que está diretamente ligada ao processo de adaptação do homem ao meio. A esse contexto relacional semiótico, se expressa o modo de vida tecido a significados próprios, o que conduz a uma cultura interpretável, contínua e por meio da qual os indivíduos dão sentido às suas ações (GEERTZ, 2008).

Na concepção de Geertz (2008) a cultura é algo ao qual podem ser atribuídos os acontecimentos sociais, os comportamentos humanos e os processos contextualizados às interpretações e significados de uma sociedade, construídos e transmitidos historicamente, por meio da memória, comunicação, reprodução social e modos de vida.

Em complemento, Santos (2006) enfatiza que o modo de vida e a visão de mundo são padrões culturais transmitidos em determinado tempo e espaço. Isso significa que nas comunidades de pesca, o modo de viver se desenvolve num tempo e espaço específicos, e que está diretamente relacionado à cultura e ao meio ambiente. A cultura determina a importância das condições externas, mas é também determinada pelo seu meio ambiente, ela se adapta às condições externas, a fim de elevar a sobrevivência (SAHLINS, 1968).

O objetivo deste artigo é dialogar com as teorias sobre tempo, espaço e cultura, para compreender como os interlocutores constroem e reconstróem o espaço

¹ A palavra Patane é de origem indígena e significa "palmeira que não dá frutos". "Camocim" palavra também de origem indígena significa "jarra" ou "pote". Alguns dos interlocutores afirmaram que a "jarra" ou "pote" era usada para acondicionar vinho (MILLER, 2012, p.106)

em que vivem e de que forma isso está relacionado com a cultura local no tocante às atividades desenvolvidas e às formas de lazer.

Para isso, o artigo perpassa pela ocupação histórica e formação das comunidades pesqueiras, além das reflexões sobre como o espaço da pesquisa, o cotidiano, a cultura e o lazer apresentam-se, e onde são vivenciados pela população das comunidades.

A partir da análise dialética² entre as teorias sobre espaço, tempo e cultura, e as notas do diário de campo oriundas de pesquisa piloto empírica, realizada entre os meses de janeiro/2014 a agosto/2014, pretende-se apreender os significados sociais e culturais da Lagoa de Guaraíra, sob a ótica dos interlocutores e com uma visão crítica embasada nos pressupostos teóricos de Milton Santos e Henri Lefebvre.

Com o intuito de melhor entender a correlação entre as teorias e as notas do diário de campo, optou-se por organizar o artigo em quatro seções principais, além desta apresentação e das considerações finais.

A primeira seção descreve a ocupação histórica do município de Arez e da região lagunar de Guaraíra. A segunda discute sobre a origem e adaptabilidade das duas comunidades de pesca estudadas e seus desdobramentos etimológicos e culturais. Na terceira seção se analisa o lugar da pesquisa apoiado no arcabouço teórico de pensadores que tratam dos conceitos de espaço.

E a última seção relaciona mudanças, paisagem e lazer ao lugar da Lagoa de Guaraíra como espaço social. Em síntese, procura-se refletir os diálogos teóricos e empíricos sobre as relações indissociáveis entre espaço e cultura.

OCUPAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO DE AREZ E GUARAÍRA

A história de Arez iniciou quando um grupo de índios chefiados pelo valente cacique Jacumahuma, resolveu deixar o aldeamento de Papary e foi à procura de novas terras para seu povo. Quando chegaram às margens da Lagoa de Guaraíra, o grupo indígena se estabeleceu e formou a primeira comunidade da futura vila de Arez (IDEMA, 2008).

Os primeiros povos brancos a visitar a região de Arez foram os holandeses. Segundo dados históricos, Maurício de Nassau pretendia abrir um canal para entrada de navios, então em meados do século XVII, os holandeses decidiram construir o primeiro canal de ligação com o mar (MILLER, 2012).

O canal foi construído na ilha do Flamengo, nome dado pelos holandeses a uma ilha no centro da Lagoa de Guaraíra; o canal com 10 metros de largura e 800 metros de comprimento, foi considerado fraco para resistir às enchentes. Além do canal, os holandeses construíram diques e sistemas de comportas para manter a geografia do lugar e preservar a fauna da lagoa (LIMA, 1990).

² Entende-se por dialética a estrutura da realidade e do pensamento, a contradição. A dialética expressa o movimento constante e complexo a que está submetida toda realidade que assume em seu sistema uma posição negativa (HEGEL, 1992).

Com a expulsão dos holandeses (1651), estabeleceram-se os padres jesuítas, sob a direção do Padre Sebastião Figueiredo, e formou-se no próprio local da atual vila, um aldeamento em que se reuniram todos os indígenas que habitavam as margens das lagoas Papeba e Guaraíra, com a denominação de “Missão de São João Batista de Guaraíra” (1659) e, construíram a igreja e o convento, ainda hoje existentes. Porém em 1758, os jesuítas foram expulsos da comunidade (LIMA, 1990).

De acordo com Cascudo (1984), em 15 de junho de 1760, por ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, um antijesuíta famoso, foi decidido que no hoje município de “Arez”, não haveria mais a Missão de “São João Batista de Guaraíra”, e sim, a Nova Vila de Arez, uma inexplicável homenagem ao pequeno povoado de Arez situado em Portugal (Livro de Tombo da Matriz de Nova Vila de Arez/RN).

A lagoa de Guaraíra era isolada do mar e rodeada por vilarejos de índios potiguares. A lagoa desaguava através de um riacho para outra lagoa, conhecida como Papeba, que formava o rio Trairi. Com a enchente de 1924, as águas do rio Jacu romperam e o canal foi alargado para cerca de 200 metros, permitindo a subida das águas da maré, pelo canal de Tibau, e tornando assim salgada a água da lagoa.

Após a destruição da barra, houve uma mudança no ecossistema. Parte da fauna adaptada à água doce morreu com a salinização da água, dando lugar a uma fauna adaptada ao novo ambiente (LIMA, 1990). O ecossistema da lagoa de água doce foi totalmente alterado, dando espaço a um ecossistema estuarino. Todos os anos em janeiro, há uma procissão para Nossa Senhora dos Navegantes que antigamente contava com barcos de todas as localidades ao redor da Lagoa de Guaraíra.

Até o ano de 1923, não havia mangue na região lagunar de Guaraíra. As terras próximas à lagoa eram ocupadas com a agricultura de subsistência; inclusive na maré seca se podia caminhar até a barra de Tibau do Sul (MILLER, 2012). Em relação aos recursos pesqueiros, já existia o camarão (*Macrobrachium acanthurus*) e o goiá-mum (*Cardisoma guanhumi*), e segundo os interlocutores, apesar desses dois crustáceos serem de água doce, eles sobrevivem em água salobra ou salgada.

A área dos afluentes da bacia de Guaraíra se tornou a Área de Proteção Ambiental (APA Bonfim/Guaraíra) no ano de 1999 e possui uma área total de 42.000 hectares. Tem como objetivo ordenar o uso, proteger e preservar os ecossistemas de dunas, mata atlântica, manguezal, lagoas e rios (IDEMA, 2004).

ORIGEM E ADAPTABILIDADE DAS COMUNIDADES DE PATANÉ E CAMOCIM

Apesar da origem do nome “Camocim” ser desconhecida, alguns moradores relataram que antes da divisão entre Patané e Camocim³, as terras que vão de Camocim até a cidade de Arez, se chamavam apenas “Camocim”.

Embora haja indícios de que o nome “Patané” seja bem mais recente; os jovens da comunidade não reconhecem as duas comunidades, é como se existisse apenas a denominação de Patané para as duas comunidades. Já para os mais

³ Denominações das duas comunidades de pesca investigadas, localizadas no município de Arez/RN.

velhos só existe Camocim (MILLER, 2012).

As duas comunidades possuem forte tradição pesqueira e sobrevivem basicamente da pesca artesanal. É interessante que o “isolamento” das comunidades, devido ao acesso a maré⁴ ser complicado, possibilitou uma resistência natural às influências turísticas dos municípios vizinhos, como por exemplo, Tibau do Sul.

Nos últimos anos, os conflitos entre pescadores e atividades associadas ao desenvolvimento do turismo na região se intensificaram, mais especificamente com empresas de passeios turísticos, no município de Tibau do Sul. Na opinião dos interlocutores, as empresas que operam passeios de lancha e jet-ski no estuário, estão impedindo o livre deslocamento para as áreas de pesca, gerando riscos de acidentes, danificando as redes de pesca, e afugentando os cardumes devido ao barulho dos motores dos barcos.

A pescaria tem diminuído muito por causa desses barcos de Tibau, que não deixam os peixes descer para a maré. A gente perde é rede com isso, porque corta a rede, daí remenda e cada vez mais fica uma rede menor. Essas lanchas não deixam os peixes descansarem na maré não. É na sexta, sábado e domingo, tá ficando impossível de pescar. Antes não tinha essas lanchas, não. E tinha mais peixe para gente. Isso enfraqueceu muito a pescaria. Aquela balsa puxa 15 carros, é muita água e areia, e isso tem aterrado os canais. Na maré seca, eu já consigo ir de pés até o porto de Tibau, isso por causa das balsas que puxam a areia pro canal. (Interlocutor – Pescador há 50 anos)

Os passeios turísticos na Lagoa de Guaraíra são portadores de um ritmo econômico próprio e que não deixam espaço para atividades econômicas tradicionais, como a pesca artesanal. Partindo da análise de Cunha (2000), o tempo turístico (mercantil) e o tempo da pesca (natural) se contrapõem com ritmos diferenciados; e a interferência do capitalismo, por meio do turismo de consumo do ecossistema lagunar, se faz notar pela presença direta de barcos de passeios turísticos e pela presença indireta do dinheiro circulando.

É evidente que “cultura local” não é estática, e possivelmente, em ambas as comunidades ocorreram e ocorrem transformações, que não necessariamente precisam estar ligadas ao turismo, como nos municípios adjacentes, mas como afirma Miller (2012), Patané e Camocim não se tornaram atrativas para os turistas e veranistas pelo difícil acesso às áreas adequadas para banho; por ser uma área estuarina é preciso atravessar o mangue e alocar uma canoa ou um pequeno barco até a praia de Malembá.

A praia de Malembá pertence ao município de Senador Georgino Avellino/RN, porém, é muito frequentada pelos pescadores de Patané e Camocim. Malembá fica na margem esquerda da desembocadura da Lagoa de Guaraíra, margeando a antiga trilha colonial que levava do vale do Cunhaú até as alturas do antigo Papary, hoje município de Nísia Floresta/RN, e daí para o rio Jundiá, ou, com maiores dificuldades, para a região de Natal e arredores (MILLER, 2012).

As duas comunidades já estiveram em conflito, devido ao preconceito racial, pois Camocim era a terra dos negros, enquanto Patané era a terra dos brancos.

⁴ Designação para a Lagoa de Guaraíra, nome local dado pelos moradores das comunidades.

Alguns informantes explicaram que o motivo das intrigas entre as comunidades de Patané e Camocim era a dependência do ecossistema lagunar (MILLER, 2012).

De qualquer forma, esse preconceito racial ainda hoje é lembrado pelos mais velhos, já que os brancos eram chamados de “amarelos de Patané” e os afro-descendentes (morenos) como os “negros de Camocim”.

Atualmente esses preconceitos foram ressignificados, e apesar da divisão espacial em duas comunidades, não há mais divisão por cor ou raça, nem por espaço ou uso dele. Os moradores se respeitam, são aparentados e utilizam a maré de forma solidária. Essas adaptações culturais reforçam a ideia de a cultura ser o fator determinante na dinamicidade social que a população vivencia no decorrer dos tempos.

Segundo Moran (1990, p. 38), “nenhuma sociedade humana está adaptada inteiramente ao seu meio ambiente, seja físico ou social”. Assim, sempre haverá mudanças e, conseqüentemente, novas formas de adaptação. As condições de vida nas comunidades de pesca são objetivas e necessárias de maneiras diferentes, de acordo com uma seleção que é cultural e, logo, adaptável (SILVA, 2015).

Nesta perspectiva de adaptabilidade, ao se comparar o município de Tibau do Sul (turístico) com o município de Arez (economia tradicional), percebe-se que os dois municípios têm suas principais atividades econômicas inseridas no espaço da Lagoa de Guaraíra, porém, cada um exerce as atividades com propósitos distintos.

Em Tibau do Sul a lagoa é utilizada como atração e lazer turístico, já em Arez como meio de vida e lazer comunitário. Assim, denota-se usos antagônicos de um mesmo ambiente físico (Lagoa de Guaraíra) que possivelmente é influenciado pelos sistemas culturais e econômicos, e não pelo próprio ambiente geográfico.

A relação do homem com o meio ambiente também se dá por meio de uma “ideologia particular”, existente no seu sistema sociocultural (MORAN, 1990, p. 37). No entanto, cada sociedade pode optar em exercer ações no meio de acordo com a sua cultura ou com as influências de mercado. E conforme ocorrem mudanças no sistema sociocultural, essas intervenções, sejam sociais e/ou econômicas, tendem a ser influenciadas pela dinâmica externa (SILVA, 2015).

A pesca exercida no espaço do complexo lagunar possui vínculos culturais construídos a partir da relação do homem e natureza no espaço da zona estuarina (SILVA, 2015). O espaço e a cultura estão interligados, e o espaço construído e vivido pelas comunidades é reflexo das transformações que aconteceram ao longo da história. Para Santos (2008), o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas naturais e/ou artificiais, o espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.

O sistema social das comunidades pesqueiras sofreu e, ainda sofre, alterações culturais, em que os processos de produção e reprodução das relações sociais e ambientais se renovam, e permanecem em constante readaptação. Desta forma, Patané e Camocim convivem e se relacionam, compartilhando dificuldades e perspectivas em um mesmo espaço social.

O “LUGAR” COMO ESPAÇO DE PESQUISA⁵

O município de Arez está localizado no litoral sul do estado do Rio Grande do Norte e tem como limites os municípios de Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Goianinha e Nísia Floresta.

Do sentido de Senador Georgino Avelino/RN para Arez/RN, percorremos pelas comunidades de Camocim, Patané e Cercado Grande. Durante o percurso podemos contemplar a paisagem da Lagoa de Guaraíra e também a estrutura das residências na avenida principal e nas ruas adjacentes.

O município de Arez/RN possui as condições hidrológicas e climáticas ideais para o desenvolvimento de atividades nos estuários, possuindo em sua bacia hidrográfica o Complexo Lagunar Bonfim-Guaraíra (APA Bonfim-Guaraíra) desde 1999.

As comunidades de pesca existentes são consideradas de caráter tradicional, devido ao seu sistema de produção e venda ser voltado para a subsistência e renda. A partir de um olhar histórico do cotidiano dessas comunidades, observa-se que muito do presente é ainda reflexo do passado, inscrito na infraestrutura local e na memória do povo.

Nas comunidades de pesca o espaço é diariamente transformado e ao mesmo tempo transformador, pois a relação com a lagoa faz daquele lugar seu espaço vital, ou seja, os moradores vivem próximos à lagoa, trabalham em suas águas e se alimentam de seus recursos.

Os pescadores e marisqueiras reconhecem a lagoa como “seu” espaço, pois é “ali” que exercem suas funções de trabalho e momentos de lazer; talvez, por isso, eles tenham o sentimento de pertencimento e, ao mesmo tempo, de respeito pelo estuário.

Se a maré acabar, acaba a vida. É de onde a gente tira o sustento – Ave Maria, nem sei o que seria da gente sem essa lagoa! (Interlocutora - Marisqueira há 25 anos)

É o mangue que sustenta a gente! (Interlocutor - Pescador há 31 anos)

A lagoa é a mãe da pobreza! (Interlocutor - Pescador aposentado)

As relações de produção e reprodução social são reflexos do viver e conhecer que as comunidades têm da lagoa. Muitos levantam, esperam dar “maré boa”⁶ para sair e realizar seu trabalho, visando conseguir não só o produto para sua subsistência, como também através da comercialização daquele recurso natural, obter os produtos que eles não produzem na comunidade, tais como, o café, o açúcar, as roupas, sapatos, entre outros. As marisqueiras também vivem nesse mesmo cotidiano, esperam dar “maré baixa”, para coletar os lilius⁷ e os crustáceos, que serão, em parte, a proteína consumida pela família necessita, e a outra parte, para comercializar.

⁵ Na percepção das autoras, o espaço de pesquisa é visto sob uma ótica relativista, com o apoio teórico dos pressupostos de Santos e Lefebvre.

⁶ Segundo a categoria êmica dos moradores, é quando dá peixe e/ou muitos moluscos.

⁷ Lilius é o nome popular local dado aos moluscos da espécie *Anomalocardia Brasiliiana*.

As pescarias artesanais podem ser realizadas individualmente e/ou em grupos, quando realizadas em grupo ocorrem com parentes ou amigos próximos. Os pescadores são proprietários das embarcações (canoas) e dos demais instrumentos de pesca. As principais armadilhas utilizadas para capturar as espécies de peixes são a tainheira (rede de emalhar de superfície), a tarrafa e a rede de tresmalho, utilizadas normalmente nas áreas marginais do estuário.

Quanto às técnicas para extração dos moluscos e crustáceos em geral, realizadas pelas mulheres, sobre as “croas”⁸ ou junto às raízes dos mangues, dependem da espécie que se quer capturar, mas geralmente é feita coleta manual ou utilizando objetos cortantes.

As principais espécies de pescado capturadas são a tainha (*Mugilidae*), meia-tainha (*Mugilidae*), carapeba (*Gerridae*), bagre (*Cachysuridae*), pescada (*Seiainidae*), camorim (*Centropomidae*) e o camarão ativo (*Macrobrachium aconthurus*). Destaca-se, ainda, a coleta do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) e dos mariscos (*Anomalocardia brasiliiana*), e em menor quantidade outros moluscos, como a ostra (*Crassostrea rhizophora*), o sururu (*Mytella guyanensis*) e a unha-de-velho (*Tagelus plebeius*).

A pesca pode ser realizada durante o ano todo, porém, segundo os interlocutores, há períodos de “maré grande” (profunda) em que se torna mais difícil encontrar peixe em grande quantidade na lagoa, geralmente entre os meses de março a julho. Para a extração dos moluscos, segundo as marisqueiras, o pior período é quando ocorrem fortes chuvas, pois os mariscos adaptados à água salobra, são frágeis e não sobrevivem na água doce.

Como a pesca tem caráter artesanal, é realizada em canoas. O produto é consumido, muitas vezes, como a única fonte de proteína, e o excedente é comercializado. A comercialização do pescado nas comunidades é feita diretamente ao consumidor, na feira municipal, ou aos atravessadores, conhecidos na região como “marchantes” na própria comunidade. Os mariscos também são vendidos diretamente aos consumidores locais, porém, nos últimos três anos, a comercialização se tornou mais intensa e agora a coleta que no passado era realizada somente pelas mulheres (MILLER, 2012), passou a ser realizada também pelos homens, devido ao aumento da demanda externa às comunidades.

Foi constatada a presença de uma colônia de pescadores na comunidade de Patané (Colônia Z-29), responsável por atender os associados da sede de Arez/RN e demais distritos municipais. A Colônia foi fundada em 1991, pelo seu atual presidente, mas até o momento não possui sede própria. O número de pescadores associados na Colônia Z-29, segundo levantamento de 2014, é de 82 pescadores em Patané e 46 pescadores em Camocim. Desse total, as marisqueiras estão em menor número, principalmente se considerarmos aquelas que realmente vivem da coleta dos mariscos; pois existem muitas mulheres que só coletam para a alimentação ou para complementar a renda familiar.

O cotidiano dessas pessoas é árduo, pois exige predisposição e coragem

⁸ Bancos de areia

diariamente. A pesca é uma atividade produtiva altamente imprevisível, pois os recursos que o pescador explora são móveis, sendo complicado delimitar a produção. Toda a natureza tem seu ciclo, mas o pescador nem sempre pode completar no seu cotidiano as etapas que gostaria de cumprir e então ter fartura, pois, ao seguir em sua canoa à procura de peixe, a imprevisibilidade é constante (SILVA, 2000).

A respeito do cotidiano, da sensibilidade e do uso dos sentidos inerentes ao trabalho da pesca artesanal e da mariscagem, Tsing (2019) acrescenta que é preciso saber procurar, ter iniciativa e ser consciente. O ritmo da pesca e da coleta é calmo e sereno, mas ao mesmo tempo se anseia pela procura e pelo encontro, como num constante estado de alerta e prontidão (TSING, 2019).

É um confronto com a incerteza da maré, já que existe um tempo natural estritamente ligado ao regime das marés. É esse tempo natural que determina o momento em que o pescador ou a marisqueira pode conseguir extrair o recurso de que necessita; há uma especificidade temporal, onde geralmente se coleta marisco na maré baixa e se pesca na maré alta (SILVA, 2011).

A ação dos interlocutores se faz no espaço da lagoa, no qual eles compreendem como “seu”, dessa forma como acreditava Santos (2006) as ações não são indiferentes à realidade do espaço, pois a própria localização dos eventos é condicionada pela estrutura do lugar.

É através das categorias mentais dos interlocutores de Patané e Camocim que se conhece e, portanto, se compreende a realidade. Como dizia Kant (2001), o conhecimento nunca se dá de maneira neutra, pois não é só experiência, são formas impostas a priori da sensibilidade e do entendimento da cognição humana, responsáveis pela nossa interpretação da realidade.

A maré é mãe de todo mundo... agora tem que ter coragem também, porque tem gente que morre de fome, mas não quer comer um siri. Eu adoro ir para a maré, o dia que não vou, fico doente! (Interlocutora - Marisqueira há 47 anos)

A lagoa é muito importante para minha vida, só vivo dela, se um dia fechasse, eu não teria mais como viver! (Interlocutor - Pescador há 35 anos)

Tudo é produzido acolá (lagoa), é onde a gente tira tudo... o peixe sai lá de dentro... no mangue tá a reprodução de tudo, se destruir ali, não tem mais do que a gente viver. (Interlocutora - Marisqueira há 34 anos)

Os pescadores e marisqueiras possuem suas categorias mentais de reconhecimento muito atreladas ao espaço de onde retiram seu sustento. Nesse sentido, Kant (2001) alerta que a compreensão da realidade física, advinda das categorias mentais de cada um dentro de um grupo social ou comunidade, só é possível devido a uma razão construída e interpretada.

Nas comunidades de Patané e Camocim o espaço é vivido e modificado por seus moradores e com o passar dos anos, as modificações nas formas de trabalho, produção e relação social refletem no espaço construído e transformado, e na realidade encontrada.

Como Firth (1971), acredita-se que seja preciso pensar separadamente na organização social em termos de atividades concretas. São nas relações sociais,

expandidas no tempo e no espaço, que os comportamentos revelam as ações de cada sociedade, caracterizando sua estrutura social (MILLER, 2002).

A Lagoa de Guaraíra, assim compreendida, é o espaço onde se desenvolvem as ações cotidianas e as relações sociais de produção, responsáveis por formar a estrutura social das comunidades diretamente ligadas à pesca.

Ainda nessa linha teórica, Lefebvre (1971) dizia que o espaço não existe em si mesmo, ele é produzido. Os interlocutores são responsáveis por produzirem e transformarem o meio onde vivem. Há uma relação de dependência com o espaço da Lagoa de Guaraíra; não haveria importância social da lagoa se os interlocutores não a reconhecessem como um produto social deles.

Outro aspecto interessante da teoria de Lefebvre (1971) é quando ele afirma que o espaço e tempo não são materiais, são aspectos integrais da prática social, são resultados e uma pré-condição da produção da sociedade. Por isso, o espaço e o tempo produzidos pelas comunidades de pesca diferem de outras comunidades e de sociedades mais urbanizadas, pois o tempo e o espaço são reflexos do contexto histórico-social do lugar.

Neste ponto é interessante incorporar as ideias de Evans-Pritchard (2005) ao abordar os conceitos de tempo e espaço, diferenciando o tempo ecológico do tempo estrutural. O tempo ecológico se apresenta como cíclico e possui reflexos das relações com o meio ambiente, enquanto que o tempo estrutural é dinâmico e reflete as práticas sociais ou movimentos de pessoas dentro da estrutura social (EVANS-PRITCHARD, 2005).

Nesta perspectiva, as comunidades de Patané e Camocim lidam concomitantemente com o tempo ecológico (pesca e mariscagem), e com o tempo estrutural (mudanças sociais, culturais e econômicas). Os relatos dos interlocutores representam as sucessões de acontecimentos que os interessam e que os fazem explicar acerca de modificações ou representações do tempo e espaço que vivem, relacionando e expressando estes fatos em termos de valores socioculturais.

São as próprias atividades de pesca e mariscagem, notadamente as de tipo econômico, que constituem as bases do sistema social e fornecem significados e notações, e a passagem do tempo é percebida na relação que uma atividade mantém com as outras, além dos aspectos naturais da maré e do mangue, por exemplo.

Desta forma, se percebe que o espaço da Lagoa de Guaraíra é o lugar da representação social das comunidades, pois muitos significados podem ser dados aos serviços por ela prestados para com os pescadores e marisqueiras e vice-versa; mas todo significado só tem significância de acordo com a linguagem, o tempo e o modo de vida local.

A produção do espaço compreendida por Lefebvre (1971) também aborda os simbolismos e suas representações sociais: os espaços de representação são uma dimensão simbólica, não se refere ao espaço propriamente dito, mas a algo mais. Desta forma, os simbolismos (espaciais) se desenvolvem na comunidade e promovem as normas, valores e experiências sociais que serão repassadas de

geração em geração.

Neste momento da discussão cabe ressaltar Hobsbawn e Ranger (2008), quando definiram o conceito de “tradição inventada”, que aborda um conjunto de práticas, rituais e simbologias utilizadas para inculcar normas e valores socioculturais, por meio da continuidade em relação ao passado, na comunidade.

A tradição inventada, com seus simbolismos e representações sociais, é tida como invariável, pois se remete a um passado imposto pelas práticas sociais e culturais, repetidas e repassadas entre as gerações (HOBSBAWN E RANGER, 2008). Assim, a representação social do espaço da Lagoa de Guaraíra permanece e vive nas tradições pesqueiras ao longo de décadas, através das memórias, linguagem, costumes e interpretações humanas deste espaço natural.

Por assim dizer, a Lagoa de Guaraíra é um espaço físico/natural, habitada e alimentada por seres divinos, almas, espíritos e tabus; simbologias essas que se desenvolveram a partir de um momento vivido por alguém que passou a informação através da linguagem ou mesmo as lendas que não deixam de ser produtos da linguagem e história e, assim, passaram a fazer parte da cultura local.

Outro aspecto importante para esta discussão, é sobre a Fenomenologia do espaço, baseada em três percepções por Lefebvre (1991): espaço percebido, concebido e vivido. A percepção depende do sujeito, mas não acontece apenas na mente, se baseia na materialidade concreta e produzida. O espaço vivido não pode ser compreendido historicamente sem o concebido e corresponde à experiência vivida no espaço, é aquele momento experimentado pelos seres humanos na prática da vida cotidiana, ou seja, sua cultura.

Nas comunidades de pesca os espaços vividos e concebidos estão muito próximos, já que o lugar onde se vive (representações) é também o lugar onde se desenvolvem as relações entre os interlocutores. O cotidiano do espaço vivido é o que Sahlins (1968) definiu como “organização cultural, uma estreita especificação do meio em que tal organização pode operar”, uma estipulação exata de como a cultura se articula com o espaço vivido e concebido.

Como analisa Lefebvre (1991), a totalidade do espaço permite dividi-lo em três dimensões para assim compreender melhor o meio que reflete “em” nós e “de” nós. O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido; é inacabado, assim, ele é continuamente produzido, tendo sempre uma ligação com o tempo.

A atividade da pesca não se encerra na ação material e comercial de produção e venda, mas também se desenvolve por pessoas que possuem uma percepção do mundo em que vivem, e através de seus pensamentos e vivências conseguem fazer com que a atividade seja suficiente para sua sobrevivência e satisfação.

Falar de espaço nem sempre significa falar de um dado concreto, de uma realidade geográfica da natureza com que o pescador e a marisqueira se confrontam para se reproduzir. Isto significa pensar que as comunidades pesqueiras se utilizam e vivem do ambiente estuarino em função e substância das condições geofísicas dos mananciais, independentemente de local, estrutura e gestão.

Neste sentido, Furtado (2002) destaca que as populações haliêuticas, ou seja, aquelas que vivem da pesca, são desenvolvidas em meio a construções socioculturais possibilitadas pelo saber empírico haliêutico, que possui sua base econômica atrelada ao manejo da pesca e da coleta em ambientes estuarinos, pela tecnologia tradicional e pela dinâmica social das famílias de pescadores e pescadoras.

Estas populações haliêuticas adquirem - ao longo das gerações - conhecimento, experiência e consciência da interação com o meio natural, ao lidar cotidianamente com a lagoa, o estuário e o seu entorno. Além disso, são homens e mulheres inseridos no ambiente estuarino que subsistem, mas que também atendem às demandas dos mercados, e que podem gerar impactos ao meio natural a que estão sujeitos (FURTADO, 2002).

Desta forma, se pode interpretar que a atividade pesqueira é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior importância, não só para ordenar os pescadores e marisqueiras nos espaços sociais, como também para a organização da própria produção e reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos com em termos simbólicos.

LAGOA, MUDANÇAS E PAISAGEM

A importância do espaço da Lagoa de Guaraíra pode ser percebida quando os interlocutores afirmam que o manguezal e a maré são ambientes essenciais para a vida, pois é “ali” de onde retiram seu sustento e renda.

As marisqueiras acreditam que a lagoa seja um lugar divino, na qual Deus oferece os recursos naturais para o uso e a sobrevivência da população. Uma marisqueira comentou que para ela, a “lagoa é tudo, é vida” sem os peixes e os lilius ela e sua família não teria o que fazer.

A natureza não tem quem acabe! (Interlocutor - Pescador há 30 anos)
É uma riqueza essa maré. O que Deus dá, só ele tira! (Interlocutor - Pescador há 40 anos)
A maré é coisa de Deus, ele tem que mandar o peixe! (Interlocutor - Marisqueira aposentada)
Essa maré foi Deus que deixou pra gente, tem que cuidar mesmo. (Interlocutor - Pescador há 45 anos)

Muitos pescadores e marisqueiras em Patané e Camocim acreditam que tanto os peixes quanto os lilius (recursos naturais da maré) são uma dádiva divina e que, por isso, são inesgotáveis, pois o que é de origem divina ninguém acaba (MILLER, 2012). O mangue tem consciência própria, se autorregula. A natureza, por assim dizer, assume uma postura divina (SILVA, 2011).

Como disse Agostinho (1999), o “tempo” e o “espaço” são distensões da alma e, portanto, estão além do que vivemos e tocamos, por isso, os interlocutores acreditam na representação divina da lagoa, ou melhor, na oferta de Deus para proporcionar-lhes a vida.

A natureza desfruta do controle da força cósmica, como a lunar e a força dos meses, sobre a qual o homem deve se limitar a observar, mas jamais desvendar seus mistérios. Podem também os seres humanos tentar influenciar seu cotidiano através da reza e da fé, meios de se chegar a Deus para que ele se sensibilize frente ao sofrimento dos pescadores (SILVA, 2000).

Os interlocutores reconhecem que a paisagem da maré vem sofrendo modificações ao longo dos anos, tanto por influências naturais como por ações antrópicas. Em Patané e Camocim, a técnica manual de extração dos lilius voltada para a subsistência, vem sendo substituída por uma técnica mais exploratória voltada para o mercado, que é utilizada para coletar os lilius também durante a maré cheia.

Tem um negócio que tá se usando para arrastar, alguns chamam de arrastão, outros de jereré. É uma boia de rede... o ciscador na frente e a rede atrás... aí vai arrastando, aí vai enchendo conforme vai arrastando, mas tem que ser na maré cheia, porque na maré baixa a lama atrapalha. Aí na maré cheia já vai lavando... é mais para homem... aí amarra na cintura e sai puxando... aí os lilius vão saindo para trás... quem inventou foi o pessoal que veio de Recife... a gente não tirava assim não... a gente tirava com os dedos, um por um... agora a gente pega um balde, fura, põe numa rede... aí depois do sacolejo numa bacia, vai saindo a lama, a carne cai e fica os cascos dentro...os homens de Recife que ensinaram a bater assim (Interlocutora - Marisqueira há 47 anos).

Como se percebe no relato acima, a mudança na técnica de coleta, também desenvolveu novas formas de tratar e separar os lilius para a venda. Segundo Miller (2012), era comum, as mulheres trazerem os sacos de lilius coletados em cestos na cabeça, da maré até as suas residências, para que após o descanso de 24 horas, pudessem cozinhar e separar os cascos dos miolos (carne). Como a quantidade coletada era pequena e não se tinha pressa para a comercialização, essa dinâmica de extração, tratamento e venda era executada de acordo com a disposição das marisqueiras e com a necessidade de venda.

Ainda segundo Miller (2012), enquanto os homens pescavam, as mulheres coletavam moluscos. O que era, na verdade, uma relação interdependente de trabalho. Assim, a pesca era uma atividade masculina, e a mariscagem era considerada uma atividade eminentemente feminina.

No entanto, com a comercialização dos lilius aos atravessadores pernambucanos, essa divisão de trabalho se tornou menos seletiva em relação ao gênero. Isso se deu devido aos pernambucanos terem provocado modificações no sistema de produção e venda dos lilius, o que exigiu um trabalho mais eficaz, que se traduz em extrair quantidades maiores dos moluscos e em menor tempo.

Por essas razões, a tradição da coleta feminina de lilius e de forma manual, foi adquirindo uma nova identidade coletiva, que pressupõe um significado e um processo constante de reinterpretação da mariscagem. Vale ressaltar sobre isso, o que Giddens (1997) alertou com relação às ameaças das tradições em sociedade pós-tradicionais, que sofrem, assim, um conflito entre a tradição e a especialização.

A prática pernambucana de coletar lilius modificou a divisão do trabalho e trouxe uma descentralização da atividade, antes realizada apenas pelas marisqueiras e hoje também feita pelos pescadores. A coleta dos lilius se tornou especializada, rápida e com uso de tecnologia simples, ou seja, se desincorporou do conhecimento local e passou a ser uma recombinação de conhecimentos de outros lugares (GIDDENS, 1997)

Ainda não se sabe se isto foi bom para a comunidade, mas certamente não foi bom para o meio ambiente, pois é uma técnica predatória especializada que a longo prazo pode acabar com os mariscos da localidade e, conseqüentemente, com uma das fontes de proteína dos pescadores e pescadoras de Patané e Camocim. Em razão de sua forma móvel, a especialidade é tão destruidora quanto estabilizadora em comunidades, sejam tradicionais, modernas ou contemporâneas (GIDDENS, 1997).

Em complemento a esta discussão sobre as mudanças ocorridas na coleta dos lilius, Nascimento (2006) traz uma forte contribuição teórica ao problematizar os conceitos de tempo de "Fatura" e de "Famitura" em comunidades de pesca artesanal. A autora explica que o tempo de fatura não obedece ao relógio, mas sim aos afazeres. Este "tempo do que fazer" pressupõe uma relação com o meio ambiente que não está baseada na exploração, mas sim no uso e no respeito ao tempo e ritmo da natureza (NASCIMENTO, 2006).

Já o tempo de famitura é definido pela autora como um tempo faminto, em que ocorrem modificações significativas pelo aumento e intensificação do tempo de trabalho dos pescadores. Este tempo pressupõe a alteração na relação do homem com a natureza, que de valor de uso passa a ter valor de troca, pois com a crescente monetarização, o pescado e os moluscos passam a ser mercadorias, e a relação respeitosa, característica das comunidades tradicionais, é substituída pela exploração e lucro (NASCIMENTO, 2006).

Nesta perspectiva, assim como também observado por Nascimento (2006), o papel da coleta de moluscos foi uma das alternativas que obteve maior destaque no quadro das mudanças no modo de vida das comunidades estudadas, ocasionando a maior pressão sobre os lilius que entravam timidamente na rede de comercialização Natal-Pernambuco.

Após retirar os moluscos das conchas, era comum jogá-las atrás das casas, na parte não cercada do quintal. Assim, durante o estudo de Miller (2012), era comum encontrar sambaquis vivos, ou, como os interlocutores afirmam "lixo que não sai do canto", atrás das casas dos moradores cujas famílias faziam coleta de mariscos.

Entretanto, após a chegada dos pernambucanos, as marisqueiras e os pescadores/coletores passaram a "bater" (tratar) os lilius na beira da maré, como estratégia de produção, para economizar força e tempo de trabalho e, assim, facilitar o carregamento de grandes quantidades de lilius (20 Kg) sem os cascos, já que esses possuem um peso considerável durante o trajeto até as residências.

Tão logo discutido por Nascimento (2006), esta atividade sofreu mudan-

ças em vários níveis, como na quantidade de espécies coletadas, na tecnologia empregada e nas relações de trabalho. Tradicionalmente, a coleta de lilius colocava-se como complementação à pesca e incidia em pouco volume coletado. Hoje, os moluscos são superexplorados, inclusive coletados pelos pescadores/coletores, não mais constituindo-se como atividade tipicamente feminina, além de não respeitar o ciclo natural das marés, devido ao aporte do arrastão.

Outro estudo que corrobora com as mudanças em formas tradicionais de coleta de moluscos, crustáceos e fungos, é a pesquisa de Tsing (2019) que aborda o contraste do trabalho de catadores tradicionais e de catadores comerciais de cogumelos. A autora destaca que para os catadores tradicionais, meio balde de cogumelos representa um dia de coleta, já para os catadores comerciais a mesma quantidade representa prejuízo, pois visam coletar maiores quantidades ao longo do dia, visando o excedente de lucro (TSING, 2019). A busca por cogumelos pelos catadores tradicionais, faz parte de uma herança cultural autoconsciente, de outro modo, para os catadores comerciais, os cogumelos são produtos com valor comercial, e que, portanto, necessitam ser coletados em grandes quantidades para assim gerar lucro.

Segundo os moradores, com a superexploração dos lilius, tanto por marisqueiras quanto por pescadores/coletores, vem ocorrendo disposição irregular dos cascos de lilius às margens da lagoa. Do ponto de vista ambiental, os resíduos provenientes dos cascos dos lilius depositados ao longo da beira da maré decompõem-se, produzindo mau cheiro e poluição visual.

Esse povo que vem de fora (pernambucanos) retiram o liliu e deixa tudo lá... parecia um morro de casco de liliu. Acho que se esse povo pudesse levar a maré daqui para Recife, fariam. É muita riqueza, né? (Moradora de Patané)

O único lazer que a gente tem é a maré, mas muita gente deixa as coisas lá: sacolas, latinhas, fralda descartável. É gente da própria comunidade. Lugar de lixo é no lixo... por mais que chegue um e tente preservar aquilo, não há quem consiga por causa dos outros. Querem ter o lazer na lagoa, mas não cuidam daquilo. Passam o dia fazendo o "tal" do burraio e vão embora deixando o fogo aceso na beira da maré. (Moradora de Patané)

Percebe-se que, após a inserção da técnica pernambucana de coleta de lilius, a prática se perpetuou pela comunidade, e hoje os pescadores também coletam lilius em grande quantidade visando grande produção para atender a um mercado consumidor. Pode-se depreender que as influências externas contribuíram para uma mudança de organização do trabalho, que repassa através do gênero, porém, ainda não se pode concluir que esta será uma mudança permanente.

Logo a paisagem e o cotidiano da Lagoa de Guaráira, sobretudo no local de pesquisa empírica, se encontram em processo de mudança. Segundo Santos (1988) a paisagem é uma escrita sobre a outra, além de ser uma herança de momentos. Devido às mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem torna-se um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.

Sobre o assunto, de acordo com Santos (2006) o cotidiano é compartilhado entre as mais diversas pessoas, grupos e instituições, e essa cooperação caracteriza a vida em comum. O lugar essencial para os interlocutores é a Lagoa de Guaraíra, onde a vida social se individualiza; assim se organiza e se reproduz o trabalho.

A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão, nesse caso a paisagem da Lagoa de Guaraíra é em sua imensidão a beleza ecossistêmica. Mas seu espaço configura muito mais: são as formas de que se compõe a paisagem no momento atual, numa função atual, como resposta às necessidades, muitas vezes “criadas”, atuais da sociedade, que caracterizam esse espaço social (SANTOS, 2006).

Na realidade, a paisagem da Lagoa de Guaraíra não possui significados sociais em seu estado permanente, somente a partir da análise do espaço, com a movimentação das relações sociais, é que a lagoa passa a ter significância dentro de um contexto sociocultural e passa a exprimir o tipo de uso e ocupação que vem sofrendo.

O simples fato de existir como forma, isto é, como paisagem, não basta. Mas a partir do momento que a paisagem passa a ser utilizada, é diferente, pois seu conteúdo é social (SANTOS, 2006). A lagoa se torna espaço, porque forma conteúdo, e na maioria das vezes, forma a estrutura social das comunidades.

Como as necessidades humanas mudam no decorrer da história, a construção do espaço acompanha essas modificações e faz com que quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos direcionamos a um mundo artificial (SANTOS, 1988).

O espaço resulta da junção entre a sociedade com a paisagem. O espaço e a paisagem complementam-se e se opõem (SANTOS, 2006). Apesar da Lagoa de Guaraíra ter seus valores sociais, biológicos, ecológicos e econômicos, o ecossistema só tem importância quando é transformado em espaço; os próprios interlocutores afirmaram que a paisagem da lagoa representa o meio ambiente para eles, ou seja, a lagoa e a maré são caracterizadas como recursos naturais ou como a natureza propriamente dita.

As atividades de lazer na Lagoa de Guaraíra se impuseram ao longo do tempo, a partir do turismo pelos municípios adjacentes, o que gerou conflitos e intensificou os interesses políticos na área. O lazer, a partir do modo de vida da população local, se caracteriza como interações e satisfações na relação com o ambiente natural. Alguns interlocutores relataram que nas comunidades quase não há opções de lazer, a não ser a própria lagoa para tomar banho e pescar, e as festas tradicionais da Igreja Católica.

O uso da lagoa como lazer é antigo, os interlocutores disseram que antes se costumava descer até a maré para fazer o “burraio⁹”, mas hoje em dia, é mais difícil. A tradicional festa do burraio vem perdendo espaço para o alcoolismo, já que antes era realizada em família e como forma de lazer. Durante o burraio era

⁹ Burraio é o nome dado pelos moradores de Patané e Camocim ao ato familiar de ir até a maré em noite de lua cheia, para pescar, assar o peixe na fogueira e comê-lo com farofa de mandioca.

comum comer farofa de mandioca molhada misturada com fios de coco e uma pitada de sal. A farofa era consumida com peixe assado no espeto, ou com caranguejo, também assado na fogueira (MILLER, 2012).

Atualmente, a festa do burraio sofreu alterações, tal como a vida social como um todo; alguns interlocutores afirmaram gostar de fazer burraio apenas nos finais de semana, e outros substituíram o peixe, pela carne vermelha. O maior interesse em se fazer o burraio é, em especial, atrelado ao consumo da cachaça e à companhia dos amigos na beira da maré, especialmente em noite de Lua cheia, quando se tem uma visão deslumbrante do reflexo da luz da Lua na maré.

Hoje as pessoas ainda fazem burraio, mas com muita bebida. (Interlocutor - Pescador há 43 anos)

O burraio é uma das poucas formas de divertimento! (Interlocutora - Marisqueira há 25 anos)

É uma forma de lazer. Comer peixe assado, farinha, beber. Pode ser de dia ou em noite de lua. Na Lua Cheia é mais bonito! (Interlocutor - Pescador há 30 anos)

O lazer exercido na Lagoa de Guaraíra está inserido na memória cultural das comunidades, pois o lazer também é reflexo das representações sociais formadas ao longo do contexto histórico. Partindo da visão crítica de Marcellino (1987), ele afirma que o lazer é a cultura (compreendida no sentido mais amplo) vivenciada no tempo disponível.

Assim, do simples ato de contemplar a Lagoa de Guaraíra ao tomar banho e pescar, o lazer está sendo realizado, pois durante essas atividades se busca a satisfação naquele momento. A disponibilidade de tempo significa a possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 1987).

As atividades de lazer são vivências culturais, que podem ser realizadas no tempo livre das obrigações profissionais, familiares, domésticas, religiosas e das necessidades físicas (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003). Segundo Martins (2011), o lazer permite o afloramento de emoções significativas para as formas de sociabilidade, pois satisfaz a necessidade de experimentar em público emoções, sem preocupação com os controles e restrições que permeiam as esferas do trabalho ou vida pública.

Nas comunidades de Patané e Camocim, o momento de lazer se dá tanto durante o trabalho (pesca e mariscagem), quanto em outras atividades (tomar cachaça, ouvir música, se reunir com familiares e amigos, fazer o burraio) desenvolvidas no estuário. Porém, devido ao caráter tradicional das comunidades, nem sempre essa divisão fica clara, pois o trabalho não está alienado do lazer, ou seja, o trabalho não está divorciado da vida. Como o trabalho e lazer ocorrem num mesmo lugar, ambos se confundem e completam-se.

A pesca é um lazer muito gostoso! (Interlocutor - Pescador há 43 anos)

Pescar é muito bom, quanto mais feliz, mais se pesca e mais se bebe. (Interlocutor - Pescador há 20 anos)

Criei-me aqui, é meu sonho tá na maré pegando os lilius! (Interlocutora - Marisqueira aposentada)

Assim, o trabalho possui duas esferas de ação distintas: uma objetiva, que compreende a pesca, a extração do marisco e a venda dos produtos; outra, simbólica, que se efetua na forma como o indivíduo se apropria do mangue enquanto espaço socializado (SILVA, 2011).

A pesca e mariscagem são geralmente realizadas entre familiares e/ou amigos, o que de certa forma caracteriza a socialização do lazer. O “binômio” trabalho/lazer não é tão dividido e as ações se desenrolam conforme o cotidiano das comunidades (SILVA et al, 2011). O que ocorre, na realidade, é uma priorização do uso do tempo e espaço para determinadas atividades, que muitas vezes se realizam simultaneamente; porém, com necessidades e satisfações distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço da Lagoa de Guaraíra é compreendido como natural e, ao mesmo tempo, transformado pelas ações daqueles que vivem, reconhecem e se utilizam desse lugar como fonte de renda, alimentação e lazer. Porém, por ser um produto das comunidades que dela dependem, a lagoa também representa as relações cotidianas dos pescadores e marisqueiras em seu espaço vivido.

Este espaço natural é construído e modificado pelas práticas e costumes inerentes à atividade da pesca, transmitidos no decorrer da história local, através da memória social dos mais velhos para os mais jovens. As modificações nas formas de organização do trabalho e na reprodução social das famílias, refletem em desdobramentos no espaço transformado: mudanças na técnica de coleta, superexploração de espécies de moluscos, modificação no sistema de produção/venda, além da poluição e comprometimento da paisagem da lagoa. Esses fatores estão fortemente ligados às formas de relações sociais entre si, por meio de suas atividades econômicas e práticas predatórias dos recursos naturais.

É “na” lagoa e “pela” lagoa que entendemos como os interlocutores transformam rotineiramente seu cotidiano: a) ir pescar e coletar moluscos/crustáceos; b) definir os melhores horários para pescar; c) reconhecer e denominar as espécies mais importantes economicamente e culturalmente; d) comercializar ou consumir o alimento; e) festejar com familiares e amigos e f) passear de canoa até a Ilha do Flamengo. É desse espaço que surgem os simbolismos e vivências refletidos nos valores históricos e culturais das comunidades de Patané e Camocim.

Estas duas comunidades pesqueiras devem ser pensadas como “janelas” de conhecimento sobre a Lagoa de Guaraíra, abertas pelo tempo para construir uma história e das quais uma história pretende ser construída por elas. O espaço desse ecossistema deve ser analisado sob várias óticas para que se tenha uma visão totalizadora das partes, sejam humanas e não humanas, que compõem o lugar.

O espaço Lagoa de Guaraíra reflete tradições pesqueiras, mas também se redefine e confunde-se com as mudanças trazidas pela lógica capitalista de venda e lucro e pela globalização do mercado. Um determinado espaço só é estranho

quando não se conhece a existência dele, que se dá no lugar.

Por isso, ao conhecer o lugar da Lagoa de Guaraíra, se está na verdade, melhor compreendendo sua existência e sua importância, seja no âmbito local ou global. A tradição, mesmo que influenciada em maior ou menor escala, persiste na medida em que se torna passível de transformações, em formas alternativas de fazer a pesca e a mariscagem, por exemplo.

Desta maneira, o diálogo com os interlocutores ganhou significado somente quando a explicação do presente se deu através do entendimento de algo do passado. A Lagoa de Guaraíra não é uma realidade em si, mas uma realidade criada e transformada permanentemente pelos moradores. A identidade do lugar se reconheceu na familiaridade com que pescadores e marisqueiras explanaram suas memórias sobre a história local, pois é o “seu” local.

Em conclusão, depreende-se que os diálogos teóricos sobre tempo, espaço e cultura, aqui referidos, foram vivenciados e correlacionados aos diálogos empíricos dos interlocutores, a partir dos discursos sobre a construção do espaço da lagoa e dos significados socioculturais inerentes às atividades de pesca, mariscagem e lazer no estuário.

No fim, a Lagoa de Guaraíra teve sentido diante de uma consciência coletiva e social do lugar dela no mundo.

A Lagoa de Guaraíra observada ao longe, é de uma imensidão e beleza que encanta logo ao primeiro olhar. E torna-se ainda mais sedutora, quando se desvenda como se deu sua ocupação histórica e quais seus significados sociais, culturais e econômicos. Sob a ótica dos interlocutores, essa linda paisagem passa a ter reflexos nos enlaces sociais e culturais dos modos de vida de pescadores e marisqueiras que vivem e se reproduzem através do espaço que vivem e conhecem. Para entender os significados desse lugar, não basta apenas olhar, é preciso aprofundar esse olhar e, o mais importante, contemplá-lo como o lugar onde pescadores e marisqueiras construíram suas vidas, e onde as suas vidas foram construídas, numa simbiose perfeita entre homem e natureza (Diário de Campo, 2014).

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo, Nova Cultural (Os Pensadores), 1999.
- CASCUDO, L. da. C. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Achiamé, 1984.
- CUNHA, L. H. O. Tempo natural e tempo mercantil na Pesca Artesanal. In: DIEGUES, A. C. (Ed). **Imagem das águas**. Hucitec/NUPAUB. São Paulo, 2000. p. 101-110. ISBN 85-271-1546-2
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Tradução de Ana M. Goldberg Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FIRTH, R. **Organização social e estrutura social**. In: CARDOSO, F.H. & IANNI, O. (org.). **Homem e Sociedade**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
- FURTADO, L. G. Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** Belém, Série Antropologia, v. 18, n. 1, p. 3-26, 2002. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/788/1/B%20MPEG%20Ant%2018%281%29%202002%20Furtado.pdf>. Acesso em: 28 Maio. 2023.
- GIDDENS, A. **Em defesa da sociologia. Ensaios, interpretações e trélicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução: Paulo Meneses. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- HOBSBAWN, E; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 6ª Edição. 1997.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). **Caracterização da Pesca Artesanal do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal, RN. 2004.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). **Perfil do seu município**. Natal, RN. 2008. Disponível em: http://www.portal.rn.gov.br/content/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_a.asp#arez. Acesso em: 09 nov. 2022.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. I.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p. Tradução: The interpretation of cultures. ISBN 978-85-216-1333-6
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Ed anthropos, 1971.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Tradução: D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- LIMA, N. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Areia Branca, Arês, Açú e Augusto Severo, 1990, p. 123-130. (Coleção Mossoroense, Série C, v DXCV).
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.
- MARTINS, A. L. L. Lazer e Área Protegida: conflitos na busca de "emoções agradáveis". **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XIV, n. 2, p. 51-67, Jul - Dez. 2011.

MELO, V. A. de; ALVES JUNIOR, E. de D. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.

MILLER, F. de S. **Barra de Tabatinga: terra do povo, mar de todos: a organização social de uma comunidade de pescadores do litoral do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2002.

MILLER, F. de S. **Pescadores e Coletoras de Patané/Camocim: aspectos da adaptação humana aos manguezais do Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

MORAN, E. F. O Homem e ambiente: uma história. In: **A Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, p. 37-55, 1990.

NASCIMENTO, I. Tempo de fartura e tempo de famitura no litoral do Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** Belém, v. 1, n. 2, p. 23-33, maio-ago. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-8122200600020000>. Acesso em: 28 Maio. 2023.

SAHLINS, M. D. A cultura e o meio ambiente: o estudo de Ecologia Cultural. In: **Panorama de Antropologia**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1968, p. 100-110.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, et al. **Importância da recreação e do lazer**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, G. O. da. Tudo que tem na terra tem no mar. A classificação dos seres vivos entre os trabalhadores da pesca em Piratininga –RJ. In: DIEGUES, A. C. (Ed). **Imagem das águas**. Hucitec/NUPAUB. São Paulo, 2000. p. 85-93. ISBN 85-271-1546-2

SILVA, L. K. T. da. **Pesca Artesanal entre mudanças socioambientais: estudo de caso na APA Bonfim-Guaraíra/RN-Brasil**. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – PRODEMA, UFRN, Natal, RN, 2015.

SILVA, R. E. da. **Sob o olhar do mangue: ensaio sociológico sobre a relação homem-natureza mediada por uma narrativa mítica**. João Pessoa: Ideia, 2011.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. 284 p.